

Juntos. Relançar a Europa.

Programa da Presidência alemã
do Conselho da UE

1 de julho a 31 de dezembro de 2020



Índice

Introdução | Página 3

- I. A resposta da Europa à pandemia do coronavírus | Página 4
- II. Uma Europa mais forte e inovadora | Página 8
- III. Uma Europa justa | Página 12
- IV. Uma Europa sustentável | Página 15
- V. Uma Europa da segurança e dos valores comuns | Página 18
- VI. Uma União Europeia com capacidade de ação para uma ordem internacional de parceria e baseada em regras | Página 21



Introdução

A pandemia da COVID-19 coloca a União Europeia perante um desafio crucial. Durante a Presidência alemã do Conselho da UE, empenhar-nos-emos com todo o vigor para, conjuntamente e com o olhar no futuro, superar esta tarefa e relançar a Europa. Mais do que nunca, é decisivo estabelecer prioridades claras e unir forças. A Alemanha está ciente da sua responsabilidade em relação à União Europeia.

Só quando controlarmos o Sars-CoV-2 de forma duradoura, investirmos na economia europeia, explorarmos ao máximo o nosso potencial de inovação e reforçarmos a coesão social, é que a União Europeia e os seus Estados-Membros poderão ultrapassar a crise de forma duradoura e eficaz. Temos de agir conjuntamente e de forma coordenada, em solidariedade europeia e fundamentados nos nossos valores comuns. Juntos, podemos definir o rumo através do qual a Europa – sempre em conformidade com o princípio de subsidiariedade – se tornará mais forte, mais justa e mais sustentável.

As crises na UE sempre despontaram também oportunidades para questionar a situação presente e para se preparar melhor para o futuro. A nossa tarefa vai muito mais além da imediata superação da situação atual. Para isso, temos de voltar o nosso olhar para os grandes processos atuais de transformação, tais como as alterações climáticas, a digitalização ou as transformações no mundo laboral. Num mundo de crescente polarização, a política europeia tem também de incrementar a sua capacidade de ação para o exterior, a fim de defender os interesses europeus e de assumir a sua responsabilidade no mundo. Estamos comprometidos com uma ordem internacional baseada em regras e nos direitos humanos e pretendemos que a Europa participe na elaboração de normas e padrões à escala mundial.

Os princípios orientadores da Presidência alemã do Conselho da UE são:

- a superação duradoura da pandemia da COVID-19 e a recuperação económica
- uma Europa mais forte e mais inovadora
- uma Europa justa
- uma Europa sustentável
- uma Europa da segurança e dos valores comuns
- uma Europa forte no mundo.

Empenhar-nos-emos numa rápida conclusão das negociações para o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para o período 2021-2027. O orçamento da UE deve orientar-se, por um lado, nos atuais desafios no contexto da crise da COVID-19 e, por outro, nos objetivos estratégicos de longo prazo da União Europeia num mundo em mudança.

A nossa meta: Juntos. Relançar a Europa.

I. A resposta da Europa à pandemia do coronavírus

A pandemia da COVID-19 é um dos maiores desafios dos nossos tempos, à escala global. No seio da UE só o poderemos vencer com sucesso se o fizermos juntos e se, nesta base, enfrentarmos esta tarefa global com parceiros em todo o mundo.

O caminho para a saída da crise – juntos e coordenados

A contenção sustentada do vírus da COVID-19 na Europa e no mundo é condição sine qua non para uma superação duradoura desta crise. Só assim nos podemos debruçar sobre os outros numerosos desafios que se colocam à nossa União e ajudar terceiros com eficácia. No seio da União Europeia temos de nos entreajudar numa solidariedade europeia vivenciada e congregar os nossos recursos, quer através de fornecimentos coordenados de ajuda com produtos médico-hospitalares, de apoio recíproco no tratamento de doentes, quer através da manutenção e proteção das cadeias de fornecimento.

Queremos vencer a pandemia de forma conjunta e coordenada. Iremos envidar esforços para que as restrições no Espaço Schengen na sequência da pandemia do coronavírus possam ser gradualmente levantadas, respeitando sempre a avaliação epidemiológica da situação. Também no que diz respeito às fronteiras externas da UE e ao processo de emissão de vistos, pretendemos retornar, de forma coordenada, aos procedimentos regulares. Pretendemos desbloquear, progressivamente, as limitações causadas pela crise, tanto nos transportes transfronteiriços como no mercado interno, criando as necessárias condições para a recuperação económica.

Iremos centrar os nossos esforços na superação das consequências económicas e sociais da pandemia da COVID-19.

A capacidade de ação e decisão política da União Europeia, com base em procedimentos ordenados, deve estar

assegurada, mesmo em condições difíceis. Será outro dos compromissos que iremos assumir durante a nossa Presidência.

Recuperação económica e social sustentável

Iremos centrar os nossos esforços na superação das consequências económicas e sociais da pandemia da COVID-19. Para isso, queremos prosseguir uma estratégia sustentável e inclusiva de crescimento que tenha como objetivo tanto o fortalecimento económico e a manutenção dos postos de trabalho como a coesão social da Europa. Defendemos que a transição para uma economia sustentável se baseie no Pacto Ecológico Europeu e que a transformação digital desempenhe um papel central. Para a recuperação é também de importância central o reforço do mercado interno. Comprometemo-nos a constituir rapidamente um instrumento de recuperação com prazo limitado e objetivos precisos, incorporado no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e levado a cabo no quadro do Semestre Europeu. O futuro QFP deverá prestar uma importante contribuição no âmbito do apoio a uma recuperação sustentada, investindo desta forma no futuro do nosso continente. Neste contexto, os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus constituem elementos importantes para atenuar as consequências económicas e sociais da pandemia da COVID-19 e são instrumentos decisivos para estimular a recuperação das regiões. Durante a nossa Presidência do Conselho, pretendemos ultimar os atos jurídicos correspondentes, para que o financiamento possa estar disponível o mais rapidamente possível.

Condição sine qua non para a recuperação da Europa é a recuperação económica das empresas europeias. É nosso objetivo aumentar a sua resiliência e competitividade e



fortalecer as cadeias de criação de valor estratégicas e europeias, tendo em vista não só a produção industrial, mas também, e com particular incidência, as pequenas e médias empresas (PME). A política dos consumidores é também parte integrante da estratégia para a retoma económica. Apostamos na abertura dos mercados, no fortalecimento do comércio e em investimentos fundamentados em regras internacionais exequíveis e sublinhamos a nossa firme oposição ao protecionismo e a tendências renacionalizadoras específicas. A adaptação temporária do enquadramento dos auxílios, como elemento importante para a superação económica da crise, deverá ser revista continuamente para garantir condições equitativas dentro e fora da UE.

A proteção dos cidadãos e cidadãs da União Europeia tem para nós prioridade máxima. Nomeadamente em períodos de crise, é nosso dever assumir esta responsabilidade com uma política social e de emprego solidária e sustentável. Congratulamo-nos com o facto de o Fundo Social Europeu (FSE) também vir a ser reforçado com meios financeiros provenientes do Fundo de Recuperação Económica.

Pretendemos, agora, efetivar, de forma consequente, as bases do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDR) relevantes para a superação da crise. Nelas se incluem um quadro europeu para sistemas nacionais de recursos mínimos, um quadro da UE para salários mínimos e o reforço do papel dos parceiros sociais. Adicionalmente, e em cooperação com a Comissão Europeia e os parceiros europeus, procuraremos, também com base num Fundo Social Europeu Plus operacional, travar uma luta decidida contra o desemprego e especificamente contra o desemprego jovem na UE.

A pandemia revela as vulnerabilidades das cadeias globais de abastecimento e das pessoas que nelas trabalham. Uma abrangente gestão de risco empresarial, em conformidade com a Agenda Global para a Sustentabilidade, pode contribuir para aumentar a resiliência das cadeias de fornecimento. Adicionalmente, torna-se necessário um auxílio reforçado a países parceiros, no âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento. Apoiamos um Plano de Ação da UE para o fortalecimento da responsabilidade empresarial nas cadeias globais de fornecimento que promova a transparência e os padrões reconhecidos de direitos humanos, sociais e ecológicos e que faça jus às experiências e aprendizagens feitas com a pandemia da COVID-19. Tal procedimento contribui para uma execução coerente dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, assim como das Orientações da OCDE para as Empresas Multinacionais.

Tirar da crise as devidas conclusões para a Europa

Temos de aprender com a experiência da pandemia da COVID-19 para, conjuntamente, definirmos novos rumos para que a UE possa reagir ainda melhor a futuros desafios. Neste contexto, daremos apoio a um melhoramento das capacidades da UE em matéria de gestão de crises. Tal engloba tanto o Mecanismo Europeu de Resposta a Crises (IPCR), o Mecanismo Europeu de Proteção Civil (UCPM), o Comité de Segurança da Saúde (CSS), o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) como também a prevenção de pandemias através de um intercâmbio de informações intersistemas. Em emergências sanitárias, como a que foi provocada pela pandemia do coronavírus, tornou-se evidente que necessitamos de um acompanhamento epidemiológico pertinente das medidas a serem tomadas. Queremos reforçar a ação através do aperfeiçoamento da capacidade de previsão, da instalação de uma

Temos de aprender com a experiência da pandemia da COVID-19 para, conjuntamente, definirmos novos rumos para que a UE possa reagir ainda melhor a futuros desafios.

base de dados comparável entre os Estados-Membros e do desenvolvimento de um sistema digital de alerta precoce. Para que estes objetivos possam ser alcançados, será

também importante o novo instrumento para o setor da saúde, no quadro do Fundo de Recuperação Económica da UE.

Visamos a criação de um sistema de rastreio de contactos ou alertas que funcione à escala da UE, também com o apoio de aplicações de alerta e de rastreamento com interoperabilidade transfronteiriça e minimização do uso de dados, cuja utilização seja voluntária e esteja em conformidade com a legislação em matéria de proteção de dados e com os altos padrões de segurança para as tecnologias de informação.

Pretendemos também reforçar o mecanismo europeu de proteção civil e o desenvolvimento contínuo do programa rescEU e da Reserva Europeia de Proteção Civil. Para tal, iremos impulsionar a constituição e expansão de redes europeias de conhecimento em matéria de proteção civil, para promover a interação entre as diversas entidades e serviços responsáveis pela proteção civil dos Estados-Membros.

No âmbito de um processo de “lições aprendidas”, também pretendemos, durante a nossa Presidência do Conselho, testar a eficácia do Instrumento de Apoio de Emergência (ESI) e se, no futuro, este poderia ser aplicado de forma ainda mais coordenada e mais direcionada.

No ângulo da soberania europeia, deveríamos também incrementar os poderes de ação e organização da UE, sobretudo em áreas estratégicas da produção industrial na Europa. Relativamente ao setor da saúde iremos, assim, discutir durante a nossa Presidência do Conselho, como poderiam ser aperfeiçoados certos aspetos pertinentes, tais como o acesso a medicamentos, dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual. Pretendemos acordar medidas concretas, entre os Estados-Membros, para uma maior autonomia da UE na garantia do acesso a medicamentos. De particular relevância é, para nós, a garantia da qualidade das substâncias ativas, uma maior transparência e diversificação das cadeias de fornecimento e uma cooperação europeia na expansão da produção de substâncias ativas para medicamentos qualificados como críticos. Pretendemos também examinar se o Joint Procurement Agreement (JPA) se pode inserir melhor na planificação de preparação a fim de poder reagir, a curto

prazo, a uma eventual escassez de oferta. Queremos reforçar o setor agro-alimentar como área com relevância sistémica, com vista ao abastecimento da população europeia com produtos agro-alimentares.

Aos setores da investigação e desenvolvimento europeus deve ser atribuída uma importância fulcral no âmbito da prevenção e superação de riscos para a saúde pública. Defendemos assim que, na luta contra a pandemia, o Espaço Europeu da Investigação (EEI) seja estruturado de forma ainda mais dinâmica, mais solidária e mais direcionada para os seus objetivos. Adicionalmente, pretendemos também debater como continuar a desenvolver o Plano de Ação “ERAvsCorona”.

Pretendemos reforçar o mercado interno e, para o efeito, desenvolver mecanismos que melhorem a sua resiliência em situações de crise. A UE devia opor-se, de forma mais acentuada, contra distorções da concorrência causadas por empresas de países terceiros, controladas e subsidiadas pelos respetivos Estados. No contexto da crise da COVID-19, tal se aplica, entre outras, à proteção de empresas europeias que possam ser alvo de aquisições. No Conselho, procuraremos iniciar um debate sobre como a regulamentação da UE, em relação a contratos públicos de aquisição, poderá ser configurada de forma mais compatível com futuras situações de emergência e mais direcionada para a superação de crises económicas, rumo a um crescimento mais sustentável.

Em relação à cooperação de Schengen, pretendemos incentivar um debate com o objetivo de garantir o irrestrito funcionamento do Espaço Schengen através do aperfeiçoamento da coordenação entre os Estados-Membros em períodos de crise e através do reforço das fronteiras externas comuns. Na área da Justiça, o tema do acesso ao direito, sobretudo os aspetos digitais inerentes, atingiu, com a pandemia do coronavírus, também na Europa uma nova dimensão à qual nos queremos dedicar durante a nossa Presidência. Também se tornou evidente que, em períodos de crise, prestar assistência a pessoas particularmente vulneráveis acarreta desafios especiais. Por esse motivo, iremos acompanhar ativamente a nova estratégia no domínio dos direitos das vítimas, anunciada pela Comissão Europeia.



Crises, como a pandemia da COVID-19, conduzem a necessidades especiais de esclarecimento da população. Por isso, empenhar-nos-emos no reforço da resiliência das sociedades no modo como lidam com informações falsas e enganosas a circularem nas redes sociais, opondo-nos assim à polarização de debates sociais (também causada por atores externos) e à desinformação tendenciosa. Este aspeto será objeto de debate no Conselho, no contexto do “EU Democracy Action Plan”, apresentado pela Comissão Europeia. A garantia da liberdade de expressão e da pluralidade dos meios de comunicação permanece uma questão central.

A nossa responsabilidade internacional na crise da COVID-19

Numa escala sem precedentes, a pandemia do coronavírus veio pôr à prova a capacidade de ação da União Europeia, também a nível mundial, bem como a sua disponibilidade para assumir as suas responsabilidades enquanto parceira internacional forte e solidária. Em estreita cooperação e coordenação europeia e internacional, apoiamos a abordagem da “Equipa Europa” em prol de um envolvimento comunitário de todas as instituições da UE e de todos os Estados-Membros para superar com êxito as repercussões da crise.

A Alemanha empenhar-se-á, com vigor, na sua operacionalização estratégica e na sua concretização efetiva e explícita. De acordo com uma abordagem integrada, o nosso empenho deverá englobar todas as fases do conflito e a estreita cooperação com todos os atores relevantes. Para a superação dos desafios, no âmbito das políticas de desenvolvimento e alimentares, mantém-se de particular necessidade uma estreita coordenação entre as Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento. Queremos continuar a ampliar o papel ativo da UE no quadro da saúde global, reforçar a nossa contribuição para a segurança alimentar e apoiar de forma particular organizações multilaterais como a OMS, a FAO e o Programa Alimentar Mundial (PAM), bem como plataformas conjuntas com o setor empresarial e a sociedade civil. É de importância fundamental estabelecer uma ação coordenada para assegurar, especialmente em conformidade com critérios epidemiológicos, um acesso justo e uma distribuição transparente de diagnósticos, vacinas e

tratamentos para a COVID-19. Prestamos este apoio, entre outros, através do reforço da OMS, assim como do alargamento da plataforma ACT (Access to COVID-19 Tools).

No quadro da superação da pandemia, lançaremos um olhar particular à otimização sustentável da política externa da UE na prevenção de crises e na capacidade de reação. Tal inclui também estruturas e processos mais eficientes e resilientes, assim como projetos concretos na área da PCSD. Simultaneamente, e devido ao efeito desestabilizador da COVID-19 em conflitos já existentes, deverá ser preservado, como âncora de estabilidade, o amplo empenho da UE em matéria de política de segurança. Temos sobretudo de zelar para que, dentro do possível, se possa dar seguimento às operações e missões, sempre em conformidade com as necessárias imposições.

II. Uma Europa mais forte e inovadora

Juntos, temos de formular uma resposta europeia às consequências da pandemia provocada pelo coronavírus a nível político, económico e social. Simultaneamente, reconhecemos nas medidas necessárias uma oportunidade para uma mais acelerada transformação sustentável e digital, orientada para o futuro e, ao mesmo tempo, fundamentada em valores. Empenhamo-nos numa Europa inovadora, assente nos pilares centrais da ampliação da soberania digital e tecnológica, do reforço da competitividade e da edificação de uma estrutura financeira que seja estável e sustentável.

Ampliação da soberania digital da UE

A pandemia da COVID-19 demonstrou-nos, com uma evidência inédita: A Europa tem de se tornar soberana na área da digitalização para poder continuar a manter, com dinâmica própria, a sua capacidade de ação.

Daí querermos consolidar a soberania digital como princípio orientador da política digital europeia e desenvolver, durante a nossa Presidência do Conselho, respostas conjuntas sobre a forma de abordagem dos desenvolvimentos tecnológicos, tais como a inteligência artificial ou as tecnologias quânticas para que, em concorrência leal, possamos aumentar o nosso bem-estar, proteger a nossa segurança e preservar os nossos valores. Iremos trabalhar para que, no

A pandemia da COVID-19 demonstrou-nos, com uma evidência inédita: A Europa tem de se tornar soberana na área da digitalização para poder continuar a manter, com dinâmica própria, a sua capacidade de ação.

setor das tecnologias-chave, a Europa adquira competências de topo, garantindo, simultaneamente, a abertura do mercado interno europeu. Nelas se incluem o estabelecimento de um monitoramento das capacidades digitais europeias, avultados investimentos públicos e privados para o reforço das capacidades digitais, assim como um consenso no seio dos Estados-Membros da UE sobre o que significa maior soberania digital e sobre como alcançá-la. Neste contexto se inclui, também, a expansão de uma infraestrutura digital europeia de elevado desempenho, resiliente e soberana. Só assim poderemos alcançar a equivalência das condições de vida no campo e na cidade. A COVID-19 voltou a

evidenciar a relevância de uma infraestrutura europeia de dados soberana, segura e confiável. Para tal, pretendemos debater, juntamente com os outros Estados-Membros, iniciativas como o programa “Gaia X” e ainda os efeitos das crises nas capacidades das redes e nos objetivos em matéria de banda larga.

No domínio das novas tecnologias, a Europa tem de alcançar maiores capacidades de ação e de decisão. O desenvolvimento destas tecnologias tem de ser acompanhado por normas e padrões europeus comuns. Mesmo na era digital, os nossos valores e direitos fundamentais europeus são a base que mundialmente advogamos. Adicionalmente, queremos aproveitar as oportunidades da digitalização para alcançar uma maior sustentabilidade, mantendo o consumo de energia e de recursos por parte das infraestruturas digitais no mínimo possível. Empenhamo-nos numa utilização da inteligência artificial (IA) na UE que seja responsável, orientada para o bem comum e centrada no ser humano. O potencial desta tecnologia-chave deverá ser aproveitado nas medidas de revitalização económica abrangendo todos os setores. A utilização da IA no setor da saúde assume uma particular relevância. As aplicações da IA deverão ser sempre desenvolvidas tendo em mente o bem-estar da nossa sociedade democrática e livre.

Na política europeia de dados, pretendemos incidir sobre a inovação, o acesso aos dados, a sua utilização responsável, a literacia de dados e a segurança. É nosso objetivo impulsionar o debate lançado pela estratégia europeia em matéria de dados sobre regras e diretrizes para a governação de espaços europeus comuns de dados. Pretendemos, igualmente, prosseguir com o debate sobre a adequada utilização de conjuntos de dados de alta qualidade para os serviços digi-



tais. A fim de melhorar a gestão de crises sanitárias futuras na UE, iremos trabalhar para aperfeiçoar, à escala europeia, o acesso e o intercâmbio de dados relativos à área da saúde. Queremos definir rumos de orientação para um espaço europeu de dados de saúde que seja transparente e juridicamente seguro e, utilizando as conclusões do Conselho, impulsionar a elaboração de um “Código de Conduta” para o aproveitamento de dados de saúde, sempre em conformidade com as disposições vigentes em matéria de proteção de dados. Pretendemos também incentivar a partilha de dados, por exemplo, nos setores agrícola e dos transportes, ou também para promover a economia circular. Neste contexto, a proteção de dados pessoais, a soberania de dados e o cumprimento da legislação em matéria de defesa do consumidor devem ser permanentemente garantidos. Para garantir a sua soberania, os cidadãos deverão poder arquivar os dados nos seus dispositivos móveis de forma segura e protegidos do acesso de terceiros. Para isso, pretendemos criar as respetivas condições legais de modo a que em todos os dispositivos móveis sejam instaladas opções seguras de armazenamento, como os padronizados “elementos seguros”.

O bom funcionamento do mercado interno, também no setor digital, é um importante pressuposto para a competitividade da UE e o restabelecimento da sua economia após a crise causada pelo coronavírus. O nosso empenho é a favor de uma política de regulamentação digital moderna que apoie a acelerada transição digital através de medidas de enquadramento político e económico, tornando-a ao mesmo tempo competitiva, favorável ao consumidor, social e sustentável. O mercado interno deveria ser reforçado através de melhor regulamentação sobre responsabilidade e segurança para negócios assentes em plataformas e serviços digitais e na área da defesa do consumidor. Envidaremos também esforços no sentido de assegurar conclusões por parte do Conselho de Ministros no que se refere ao tema da “conceção ecológica”. Apoiamos uma estratégia comum e coerente da UE relativa aos direitos de propriedade intelectual, com o objetivo de garantir a proteção da inovação e dos direitos de acesso justos e para fomentar a criatividade. Na aplicação da estratégia da UE para a era digital, queremos dar um relevo central a uma maior participação digital dos cidadãos e cidadãs e, em relação ao “futuro do trabalho”, à garantia de boas condições de trabalho e segurança social, incluindo em novos formatos de trabalho como o trabalho

baseado em plataformas virtuais, bem como dotar as pessoas das capacidades e competências requeridas na era digital. Pretendemos discutir no Conselho o Plano de Ação da Comissão Europeia para a Educação Digital, também no que se refere às repercussões da pandemia da COVID-19 na área da educação, com vista à apresentação de conclusões pertinentes por parte do Conselho, em conformidade com o princípio de subsidiariedade.

Fortalecimento da competitividade

O espaço económico único da UE, sem fronteiras internas, constitui a base da nossa prosperidade, segurança social e coesão. Pretendemos continuar a desenvolver o mercado interno para setores centrais do futuro – sem perder de vista as prioridades atuais – empenhando-nos na eficiente transposição e execução das regras do mercado único, bem como na remoção dos obstáculos remanescentes e injustificados no mercado comunitário. Defendemos um quadro regulamentar que seja eficaz, incentivador da inovação e sustentável. Pretendemos ampliar a legislação baseada na evidência, continuar a incrementar o processo de avaliação do respetivo impacto, ampliar o recurso a cláusulas experimentais e a laboratórios reais e fomentar a aplicação efetiva da regra “entra um, sai um”.

O espaço económico único da UE, sem fronteiras internas, constitui a base da nossa prosperidade, segurança social e coesão.

Uma indústria europeia competitiva e pequenas e médias empresas dinâmicas são imprescindíveis para fazer face às transições digital e ecológica. Perante este cenário, pretendemos prosseguir com o desenvolvimento da estratégia da Comissão Europeia para a indústria e para as PME com os olhos postos no futuro e com o objetivo de consolidar a cooperação europeia especialmente na área das tecnologias-chave inovadoras. No âmbito das conclusões do Conselho, procuraremos dar impulso ao reforço da competitividade da indústria europeia, assim como das pequenas e médias empresas. Para isso, debateremos sobre enquadramentos adequados para o apoio a inovações e medidas sustentáveis relativas a financiamentos, um descongestionamento burocrático substancial e a legislação favorável aos interesses das PME. Numa conferência sobre as PME, prevista para

novembro do ano corrente, procuraremos, entre outros assuntos, abordar propostas internacionais para o reforço do empreendedorismo, da digitalização e das inovações.

Durante a nossa Presidência, empenhar-nos-emos numa modernização das regras europeias em matéria de auxílios estatais, com o objetivo de garantir condições de competitividade justas e de apoiar a execução do programa “Pacto Ecológico Europeu”. Deverão ser facilitadas auxílios e cooperações que sirvam a criação de infraestruturas, tais como redes de banda larga e de telefonia móvel, e a aplicação de medidas de combate às alterações climáticas. Adicionalmente, procuraremos que sejam adotadas medidas para evitar a deslocação de emissões de CO2 para países terceiros (fuga de carbono) e para apoiar tanto as regiões afetadas pelo abandono da energia com base no carvão como a economia em geral e que sejam revistas as disposições vigentes para os auxílios estatais nas áreas climática e energética. Nas regras da concorrência empenhar-nos-emos para que, nos processos de controlo de fusões, seja tomada em consideração a situação global de concorrência, proporcionando às empresas mais segurança jurídica nas cooperações. O controlo de abusos concorrenciais deveria ser ampliado para se tomar também em consideração o setor das plataformas.

Empenhamo-nos, ainda, em políticas estruturais da UE direcionadas para o futuro que fortaleçam a competitividade e a resiliência a crises das regiões europeias. A nossa atenção debruça-se sobre a mudança inovadora da economia, a proteção do clima e do ambiente e a garantia do emprego sustentável. Queremos concluir, tanto quanto possível, as negociações em trólogo sobre o novo pacote legislativo dos Fundos Estruturais da UE. Particular relevância assume a mudança estrutural sustentável nas regiões, assim como os investimentos nas áreas da digitalização, da inteligência artificial e das tecnologias inovadoras no setor energético e no capital humano.

Conhecimento, investigação e educação são os impulsores decisivos para a capacidade europeia de inovação e competitividade, bem como a chave para o sucesso na execução do Pacto Ecológico Europeu. No desenvolvimento contínuo do Espaço Europeu de Investigação, procuramos impulsionar iniciativas no âmbito do hidrogénio verde, da resiliência da Europa em situações de



pandemia, da participação cívica e do reforço da cooperação internacional.

A Europa tem de conceber a mobilidade do futuro de forma sustentável, inovadora e interconectada. Para tal, teremos de enfrentar os desafios ecológicos do nosso tempo e, simultaneamente, assegurar a competitividade do setor europeu dos transportes. Complementarmente, pretendemos analisar os efeitos da pandemia nas nossas infraestruturas de transporte e a sua resiliência a situações de crise, com o objetivo de fortificar o espaço europeu de transportes e aumentar a eficiência nas cadeias logísticas. Queremos ainda elaborar no Conselho orientações para a estratégia da UE para uma mobilidade sustentável e inteligente, anunciada pela Comissão Europeia. Ao mesmo tempo, iremos impulsionar negociações sobre projetos legislativos em diferentes áreas dos transportes.

Arquitetura sustentável do mercado financeiro, política financeira estável e justiça tributária

As atividades económicas e as estruturas empresariais também foram substancialmente alteradas pela digitalização, tendo a pandemia do coronavírus trazido desafios adicionais. A política fiscal europeia tem de ser moderna e inovadora para poder continuar a promover o poder económico da Europa e garantir as receitas fiscais dos Estados-Membros.

A carga tributária tem de ser distribuída de forma justa e transparente. Atualmente, a OCDE prepara propostas de reformas que visem solucionar com eficácia os desafios tributários da digitalização e que incluam a introdução de uma efetiva tributação mínima global. Após a conclusão



das negociações, procuraremos impulsionar a aplicação dos resultados no seio da UE. Também nos empenhamos na introdução de um imposto sobre transações financeiras à escala europeia. A crescente mobilidade dos cidadãos e cidadãs, das empresas e de bens exigem, considerando o interesse da simplificação da tributação, a cooperação entre as autoridades fiscais dos diferentes Estados-Membros. Por isso, queremos reformar a diretiva em matéria de assistência mútua. Esta também se coaduna com o combate eficaz à evasão fiscal. Também iremos intensificar a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

Perante a atual situação de crise, o foco principal reside justamente nas medidas de contenção da epidemia e no restabelecimento da completa capacidade de funcionamento das sociedades e economias na Europa. Assim que as condições económicas o permitirem, a política orçamental nos Estados-Membros deveria ser reorientada para, a médio prazo, voltar a alcançar uma situação orçamental prudente. Esta é essencial para a estabilidade, a resiliência e as perspetivas de crescimento futuro da União Económica e Monetária. No quadro da revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento, deveria ser encarada também como prioritária a avaliação da sustentabilidade das finanças públicas para gerar a necessária margem de manobra em situações de crise.

Pretendemos também aprofundar a União dos Mercados de Capitais para promover os financiamentos baseados nos mercados de capitais e para continuar a integrar o mercado de capitais europeu e torná-lo mais competitivo à escala internacional. Tudo isto irá reverter num melhor financiamento tanto da economia real como dos investimentos estratégicos. Apoiamos o desenvolvimento da União Bancária para aumentar a estabilidade do sistema financeiro e fortalecer o mercado interno europeu.

O progressivo aumento da digitalização no setor de prestação de serviços financeiros abre oportunidades para novos modelos de negócios, produtos e prestadores. Porém, ela acarreta também riscos e conduz a uma profunda transformação dos mercados, tornando necessárias adaptações em matéria regulamentar. Com a criação de uma união digital de mercados financeiros procuramos suprimir os entraves existentes à prestação transfronteiriça de serviços financeiros digitais, para que estes se mantenham internacionalmente competitivos. Pretendemos igualmente apoiar os trabalhos da Comissão Europeia no âmbito da anunciada

“Digital Finance Strategy” e de diferentes propostas de regulamentação, como as previstas para os criptoativos, com o objetivo de contribuir para a soberania do mercado financeiro europeu.

III. Uma Europa justa

A coesão social, a segurança social e a solidariedade são os alicerces centrais para uma Europa justa. A crise provocada pela pandemia da COVID-19 conduziu a cortes de efeitos prolongados no quotidiano de muitos europeus e ao agravamento das desigualdades. De forma resoluta, empenhar-nos-emos, durante a nossa Presidência do Conselho, na superação das repercussões sociais provocadas pela crise, na preservação da coesão social e na promoção de perspectivas de futuro sustentáveis para os jovens na Europa. Adicionalmente, o fomento da solidariedade intergeracional tem, para nós, uma importância crucial, particularmente quanto à proteção das crianças e idosos, os grupos etários mais vulneráveis em períodos de crise. A edificação de uma Europa justa é também uma tarefa de longo prazo, uma vez que os desafios colocados à segurança social tenderão a aumentar com as transformações económicas, digitais e demográficas. E são estas transformações transgeracionais que procuraremos estruturar de forma justa e socialmente responsável. Durante a nossa Presidência do Conselho queremos impulsionar a igualdade entre homens e mulheres, levar em conta os interesses de pessoas portadoras de deficiência e promover uma sociedade civil ativa.

Consolidação da dimensão social e da coesão social

Apesar das medidas de estabilização que foram tomadas, a crise provocada pela pandemia da COVID-19 exerceu forte pressão não só sobre a economia, como também, embora de forma diferenciada, sobre o emprego e a situação social nos Estados-Membros. Por isso, empenhamo-nos em fazer avançar a convergência social e económica ascendente na Europa, respeitando sempre a repartição de competências. O objetivo, no contexto da aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, é reduzir desigualdades no seio da UE, mitigar distorções nos mercados de trabalho, resultantes também de choques externos, e melhorar a proteção social. Apoiamos sobretudo o desenvolvimento de um quadro europeu para salários mínimos nacionais que consolide a proteção dos trabalhadores e o papel de destaque da concertação social na configuração das condições de trabalho e que contribui para a estabilidade de rendimentos, mesmo em períodos de crise económica. Pretendemos discutir, no Conselho, a proposta avançada pela Comissão Europeia para um instrumento correspondente que vise assegurar salários mínimos justos, baseado no processo de consulta com os parceiros sociais e tendo como objetivo alcançar uma verdadeira mais-valia para a proteção dos trabalhadores.

A pobreza e exclusão social continuam a ser desafios centrais na Europa que tendem a agravar-se em períodos de crise. Para possibilitar a participação dos mais vulneráveis

na vida em sociedade e no mercado de trabalho, as garantias nacionais de recursos mínimos nos Estados-Membros desempenham um importante papel. Pretendemos desenvolver um plano para sistemas nacionais de recursos mínimos nos Estados-Membros da UE. A anunciada proposta da Comissão Europeia para uma regulamentação europeia do resseguro de desemprego, que pretendemos analisar no Conselho, foi já designada no Programa do Trio de Presidências como um importante passo da execução do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Baseados na Nota de Orientação, anunciada pela Comissão Europeia, procuraremos apresentar conclusões para a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores e das trabalhadoras sazonais por parte dos Estados-Membros. A pandemia da COVID-19 evidenciou ainda mais as irregularidades existentes neste domínio.

A coesão social, a segurança social e a solidariedade são os alicerces centrais para uma Europa justa.

Na concretização da "agenda de competências" da Comissão Europeia pretendemos que a formação contínua se converta numa resposta central da política de emprego às mudanças estruturais digitais e ecológicas. Para tal, iremos intensificar o intercâmbio entre os Estados-Membros na área da formação contínua. Nesta era de transformações digitais e ecológicas, a formação profissional tem de pre-



parar os formandos para os postos de trabalho do futuro, de forma a proporcionar perspectivas de emprego, tanto aos jovens como aos trabalhadores de longa data, e a lutar contra a carência de quadros especializados. Durante a nossa Presidência do Conselho, queremos intensificar a cooperação internacional em matéria da formação profissional, em conformidade com o Processo de Copenhaga e, com a aprovação da Declaração de Osnabrück, desenvolver uma formação profissional de excelência equiparada ao ensino superior. Como reação à atual pandemia, esforçar-nos-emos em dar um particular foco à formação digital, com o propósito de executar soluções digitais compatíveis com a nova plataforma do Europass, que qualifica os formadores e abre novas perspectivas de evolução para os cidadãos e cidadãs. No quadro de um “Espaço Europeu da Educação” empenhar-nos-emos em que seja aumentada a mobilidade para fins de aprendizagem, facilitado o reconhecimento de competências e qualificações e criada uma plataforma para a próxima estratégia em matéria de cooperação na educação geral e na formação profissional.

Iremos também discutir e acompanhar no Conselho o Plano Europeu de Luta contra o Cancro, anunciado pela Comissão Europeia, com a finalidade de fazer progredir a prevenção e o tratamento do cancro e aumentar as potencialidades oferecidas pela digitalização para uma luta mais eficaz contra este flagelo. Para além disso, iremos apoiar a missão de investigação e inovação “Cancro”, da Comissão Europeia.

Igualdade de género

A concretização da igualdade entre homens e mulheres é uma missão para todos nós, através da qual se avaliará a sustentabilidade futura da UE. Estamos convictos de que a valorização institucional de uma política abrangente em matéria de igualdade de género conduzirá a uma maior coesão na Europa. Neste sentido, é prioritário concretizar para as mulheres e os homens o princípio “para trabalho igual, salário igual”, prosseguir e tornar visível o processo de igualdades de direitos de mulheres e homens e combater a violência baseada no género. Felicitamos a nova estratégia da Comissão Europeia pela igualdade de género na qual, entre outras, são abordadas questões da violência específica de género e da igualdade de mulheres e homens no mercado de trabalho, reforçar a promoção das mulheres para cargos de chefia e combater a violência baseada no género. A fim de promo-

ver a participação, em pé de igualdade, das mulheres na vida profissional, empenhamo-nos, em toda a Europa, na distribuição paritária das tarefas remuneradas e de cuidado entre mulheres e homens e, através de conclusões do Conselho, procuraremos emitir uma mensagem política em seu apoio. A pandemia evidenciou o valor do trabalho dos cuidadores. Durante a nossa Presidência do Conselho, empenhar-nos-emos em que sejam mitigadas as consequências económicas e sociais negativas da pandemia da COVID-19 para as mulheres, promover medidas visando assegurar a subsistência autónoma de mulheres e intensificar o intercâmbio de práticas entre os Estados-Membros no quadro de um encontro informal dos ministros e ministras com o pelouro da igualdade de género. A promoção da igualdade de género na cultura, pretendemos, entre outros aspetos, fortalecer a igualdade de oportunidades e impulsionar a criação de redes de mulheres e a sua participação em processos criativos. Apoiamos a Comissão Europeia no processo de aprovação do Plano de Ação III para as questões de género e pretendemos que seja incluído nas conclusões do Conselho.

Para uma melhor proteção das mulheres contra a violência, também em períodos de crise, continuaremos a empenhar-nos no apoio à ratificação por parte da UE e de todos os Estados-Membros da Convenção de Istambul do Conselho da Europa. Durante a nossa Presidência, iremos incentivar a ampliação e o acesso à proteção e consulta a nível europeu.

Proteção e participação dos jovens

Os jovens são importantes geradores de impulsos para o futuro do nosso continente e, em períodos de crise, particularmente vulneráveis. Iremos promover a participação dos jovens a nível europeu. Com uma Agenda Europeia do Emprego Jovem pretendemos continuar a consolidar as ofertas de trabalho juvenil e, desta forma, apoiar todos os jovens no processo de desenvolvimento das suas personalidades.

Para que a Europa se possa manter como um continente de oportunidades, temos de continuar a lutar, com maior firmeza, contra o desemprego jovem. Temos de atribuir uma especial prioridade aos jovens na sua entrada no mercado de trabalho. O nosso objetivo é apoiar ativamente os jovens e prepará-los para a mudança radical do nosso mundo laboral, através do reforço da Garantia Juventude, especialmente em períodos de crise.

Promoção de uma sociedade civil ativa e da coesão social

Numa Europa democrática, a política europeia necessita de uma opinião pública europeia, da participação de uma sociedade civil ativa, que vive também da diversidade da cultura e dos meios de comunicação social. Seguindo esta lógica, elaborámos o programa cultural da Presidência alemã do Conselho da UE com uma obra de arte participativa, à escala europeia, de Ólafur Elíasson, que ultrapassa fronteiras geográficas e geracionais.



Durante a Presidência alemã do Conselho, pretendemos sublinhar o significado da coesão social na Europa e elaborar propostas para a sua promoção a nível local, regional, nacional e europeu. Só juntos, com todos os europeus, poderemos edificar o futuro da União Europeia. Este princípio orientador vem na sequência da ideia, por parte da Comissão Europeia, de convocar uma Conferência sobre o Futuro da Europa. Ela proporcionará um fórum para uma abordagem abrangente não apenas dos objetivos de longo prazo da União Europeia, como também dos ensinamentos retirados da pandemia da COVID-19. Empenhar-nos-emos

Numa Europa democrática, a política europeia necessita de uma opinião pública europeia, da participação de uma sociedade civil ativa, que vive também da diversidade da cultura e dos meios de comunicação social.

para que o Conselho, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu se ponham rapidamente de acordo sobre a estrutura e o mandato da conferência. Neste contexto também teremos que esclarecer como uma tal conferência poderá

ser realizada, tendo em consideração as condições especiais provocadas pela COVID-19. Prestaremos a nossa contribuição para que a conferência em apreço seja coroada de êxito.

IV. Uma Europa sustentável

O nosso objetivo é superar, de forma sustentável e inclusiva, as consequências económicas e sociais causadas pela pandemia da COVID-19 e configurar ativamente a transição para uma economia sustentável. Condições fulcrais para a sua concretização consistem em políticas ambiciosas nas áreas de proteção do clima, do ambiente e da biodiversidade, no alinhamento com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e numa agricultura sustentável. Adicionalmente, a Presidência alemã do Conselho também se empenhará para que a União Europeia e os seus Estados-Membros continuem a defender, no plano internacional, as suas posições de atores ambiciosos e ativos em matéria de diplomacia climática, sustentabilidade e valores europeus.

Uma ambiciosa política de proteção do clima e do ambiente

O processo de transformação económica, tecnológica e social, necessário para uma ambiciosa política de proteção do clima e do ambiente, só poderá ser bem-sucedido se for equilibrado nas vertentes político-económicas, socialmente justo e abraçado por toda a sociedade. A Presidência alemã do Conselho pretende ser um agente ativo neste processo de transformação.

O nosso objetivo é superar, de forma sustentável e inclusiva, as consequências económicas e sociais causadas pela pandemia da COVID-19 e configurar ativamente a transição para uma economia sustentável.

Foi com razão que a Comissão Europeia apresentou o Pacto Ecológico Europeu como uma estratégia abrangente e ambiciosa. Ele agrega a proteção do clima, do ambiente e da biodiversidade com importantes impulsos para o crescimento económico e inclui medidas em todas as áreas políticas relevantes. Acompanharemos, extensivamente, a aplicação do Pacto Ecológico Europeu, assegurando também uma estreita coordenação entre todas as formações do Conselho envolvidas. Também nos iremos empenhar para que o Pacto Ecológico Europeu possa contribuir para a superação das consequências causadas pela pandemia da COVID-19 e para a sustentabilidade e competitividade da economia. Além disso, queremos adotar no Conselho conclusões sobre o novo Plano de Ação para a Economia Circular da Comissão Europeia e a sua execução. Durante o

período da nossa Presidência do Conselho, também pretendemos iniciar as negociações sobre o 8.º Programa de Ação Ambiental da UE.

Pretendemos, também, dar seguimento às conclusões do Conselho relativas a uma nova estratégia europeia para a biodiversidade com o objetivo de travar as progressivas perdas de biodiversidade e preservar os serviços oferecidos pelos ecossistemas, tão importantes para os seres humanos, tendo em mente a conexão existente entre a diversidade biológica e a saúde humana. Esta estratégia atua como elemento essencial do Pacto Ecológico Europeu para a superação das consequências causadas pela pandemia da COVID-19 e constitui a base para uma participação empenhada da União Europeia numa reagendada 15.ª reunião da Convenção sobre a Diversidade Biológica (COP-15).

Durante a nossa Presidência do Conselho, pretendemos empenhar-nos para que sejam concluídos os trabalhos no Conselho em torno do projeto de uma Lei Europeia do Clima que possa vincular juridicamente a neutralidade climática da União Europeia até 2050. Além disso, pretendemos tomar uma decisão sobre a amplitude de um possível aumento, por parte da União Europeia, da contribuição nacional para o clima (NDC), para o ano de 2030, tendo também em consideração as nossas capacidades económicas e a competitividade global. Congratulamo-nos com o facto de a União Europeia ter anunciado uma proposta de elevar o objetivo de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 50-55% até 2030, tomando o ano de 1990 como referência. A base para futuros debates deverá ser a avaliação de impacto efetuada pela Comissão Europeia, sobretudo

do em relação à competitividade da economia europeia, ao sistema social e ao entendimento comum sobre contribuições setoriais específicas.

Para atingir as ambiciosas metas da União Europeia relativas ao clima, pretendemos prosseguir, no setor dos transportes, o nosso caminho em direção a uma mobilidade ecológica, sustentável e acessível. No setor energético, a Comissão Europeia anunciou a apresentação de importantes estratégias para 2020. A rápida ampliação da energia eólica offshore desempenhará um papel-chave para atingir os ambiciosos objetivos da União Europeia no setor das energias renováveis e para garantir a segurança de abastecimento. Planeamos também a tomada de decisões pelo Conselho para o estabelecimento de um quadro europeu para projetos conjuntos dos Estados-Membros em matéria de energias renováveis, particularmente na área da energia eólica offshore. Além disso, a Europa tem ainda um interesse vital num abastecimento energético seguro e sustentável a partir de gases neutros em ou, de preferência, isentos de carbono – em especial, de hidrogénio proveniente de energias renováveis – que simultaneamente mobiliza os potenciais para a descarbonização. Neste sentido, durante a nossa Presidência do Conselho, procuraremos incentivar o debate sobre a necessária arquitetura do mercado, com o objetivo de con-

O processo de transformação necessário para uma ambiciosa política de proteção do clima e do ambiente, só poderá ser bem-sucedido se for equilibrado nas vertentes político-económicas, socialmente justo e abraçado por toda a sociedade.

tribuir para o desenvolvimento dos respetivos mercados e infraestruturas na União Europeia. Queremos também discutir no Conselho estratégias de ação para se atingirem os objetivos climáticos e energéticos, sobretudo o alargamento da fixação de preços para as emissões de CO₂ a todos os setores e a introdução de um moderado preço mínimo para emissões de CO₂ no quadro do Regime de Comércio de Licenças de Emissão da União Europeia (EU ETS).

A União Europeia e os seus Estados-Membros, através de uma diplomacia climática ambiciosa e empenhada, têm de prestar, também à escala internacional, o seu contributo para a proteção do clima e do ambiente. Para superar os

efeitos da pandemia da COVID-19, de forma sustentável e amiga do clima e do ambiente, pretendemos promover, em cooperação com os nossos parceiros internacionais e de forma estratégica e coordenada, um aumento mundial das metas climáticas, à semelhança do estipulado pelo Acordo de Paris. Empenhar-nos-emos para que também se registem progressos no contexto das contribuições nacionais para o efeito. A nível internacional e sempre em conformidade com o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas, também iremos defender a concorrência justa (“level playing field”) na prevenção das emissões de CO₂ e impedir que sejam criados incentivos à deslocalização de indústrias com elevada intensidade de CO₂ para países terceiros (“fuga de carbono”). Pretendemos, igualmente, acompanhar o Pacto Ecológico Europeu com uma política externa ativa em matéria energética. Dever-se-á também proceder à atualização do plano de ação europeu para a diplomacia na área da energia, com o objetivo, entre outros, de angariar novos parceiros para a importação de energia verde e de sensibilizar exportadores de energias fósseis para as oportunidades que o novo mundo da energia nos oferece.

Europa sustentável

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o modelo a seguir durante a Presidência alemã do Conselho. Empenhar-nos-emos para que seja apresentado o anunciado plano da Comissão Europeia para uma execução abrangente da Agenda 2030, de modo a que as respetivas consultas no Conselho possam ser iniciadas no segundo semestre. O plano deveria ser acompanhado por relatórios intercalares regulares da Comissão Europeia sobre o estado de avanço dos ODS na União Europeia. Neste contexto, deverão ser assinalados os setores que têm necessidade de medidas políticas complementares. No quadro da nossa Presidência do Conselho, pretendemos também tornar visível a dimensão cultural do desenvolvimento sustentável ao tematizar, por exemplo, as suas correlações com as alterações climáticas e a proteção do património cultural.

Sustentabilidade na agricultura, pescas e espaços rurais

A pandemia da COVID-19 reforçou a nossa consciencialização sobre o significado da segurança alimentar regional. É nosso objetivo contribuir para a concretização dos ODS



através de um setor da agricultura e pescas moderno e sustentável ao qual as possibilidades de digitalização conferem oportunidades especiais. Nas negociações sobre a Política Agrícola Comum (PAC) pós-2020, procuraremos que seja assumida uma abordagem geral por parte do Conselho. A estratégia da Comissão Europeia “Do Prado ao Prato” está estreitamente ligada à PAC que pretendemos que seja incluída nas conclusões. Também procuraremos chegar a que sejam adotadas conclusões sobre as temáticas do bem-estar animal e da rotulagem de alimentos. Na área das pescas, daremos prosseguimento, entre outros, às negociações sobre as possibilidades de captura para 2021.

Com vista à promoção do desenvolvimento sustentável, a Política Agrícola Comum (PAC) e outros setores políticos deveriam promover uma maior participação para viabilizar o futuro dos espaços rurais e aproveitar os potenciais de desenvolvimento das regiões rurais, preservando e desenvolvendo-as como locais atrativos para viver e fazer negócios. Neste sentido, os Estados-Membros assumirão, no futuro, uma maior responsabilidade na conceção de medidas de fomento para o desenvolvimento rural. Pretendemos, paralelamente, impulsionar o desenvolvimento territorial e urbano sustentável e equilibrado através da aprovação da Agenda Territorial 2030 e da atualização da “Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis”, de 2007.

Defesa do consumidor

Para superar a pandemia causada pela COVID-19, necessitamos da confiança dos consumidores num mercado interno europeu forte. Empenhar-nos-emos para que o Conselho seja atempadamente envolvido na elaboração da nova Agenda do Consumidor Europeu que a Comissão Europeia pretende apresentar no segundo semestre de 2020. Esta Agenda deverá contribuir para adaptar a defesa do consumidor na União Europeia aos atuais desafios digitais e ecológicos e para uma melhor efetivação da legislação já existente em matéria de defesa do consumidor.

V. Uma Europa da segurança e dos valores comuns

Pretendemos fortalecer a nossa comunidade de direito e de valores europeia. Tal implica também que, em estreita cooperação com os nossos parceiros europeus, encontremos respostas convincentes a questões centrais nas áreas da segurança e da migração. A Europa deve permanecer um lugar onde todas as pessoas, independentemente da sua origem, convicção ou ideologia, se podem sentir livres e seguras. Nas políticas de migração e asilo defenderemos reformas ambiciosas.

Fortalecimento dos valores e direitos fundamentais

Um dos atributos principais da União Europeia é a proteção dos nossos valores comuns e dos nossos direitos e liberdades individuais. O Estado de direito é condição sine qua non para a proteção dos demais valores. Ele é imprescindível para o funcionamento da UE. Durante a nossa Presidência do Conselho, empenhar-nos-emos na consolidação dos valores fundamentais e, particularmente, numa abordagem conjunta, cooperativa e construtiva da temática do Estado de direito. Com base no primeiro relatório anual da Comissão Europeia sobre a situação do Estado de direito em cada um dos Estados-Membros, pretendemos conduzir, no Conselho, um diálogo paritário sobre o Estado de direito com todos os Estados-Membros e com duas abordagens. A primeira, de periodicidade anual, sobre o relatório em toda a sua amplitude e as suas vertentes horizontais. A segunda, semestral, sobre capítulos pontuais do relatório relativos a cada um dos Estados-Membros para que, sucessivamente, sejam incluídos todos os Estados-Membros. A nossa meta é desenvolver uma melhor compreensão da situação específica de cada um dos Estados-Membros, detetar atempadamente potenciais ameaças e oferecer assistência mútua.

Um dos atributos principais da União Europeia é a proteção dos nossos valores comuns e dos nossos direitos e liberdades individuais.

Um diálogo desta natureza só poderá ser complementar a outros mecanismos. O cumprimento dos padrões do Estado de direito na União e nos seus Estados-Membros é também condição fundamental para que os meios financeiros

do orçamento da UE sejam corretamente aplicados. Assim, apoiamos a proposta da Comissão Europeia de associar a atribuição de verbas do orçamento europeu à manutenção dos parâmetros de Estado de direito nos Estados-Membros. Adicionalmente, consideramos indiscutível que os mecanismos previstos pelos Tratados europeus sejam utilizados de forma decidida caso sejam verificados défices em matéria de Estado de direito nos Estados-Membros. Isto é válido não só para processos relacionados com o §7 do Tratado da União Europeia, mas também para processos apresentados ao Tribunal de Justiça Europeu (TJE).

Prosseguiremos com o nosso apoio a favor da adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Logo que a situação originada pela pandemia da COVID-19 o permita, deverão ser prosseguidas, com empenho, as negociações para a adesão com o Conselho da Europa. É nosso propósito empenharmo-nos também numa democratização da Internet e num fortalecimento da resiliência das sociedades na forma como lidam com informações falsas e enganosas nas redes. Para além do exposto, prestamos particular atenção à luta contra os crimes de ódio e o racismo. Para nos opormos, de modo decidido e em conjunto, a todas as formas de antissemitismo, almejamos um intercâmbio estruturado, a nível europeu, com particular foco nas estratégias e estruturas destinadas a uma abordagem transversal na deteção e na luta contra ocorrências antissemitas. Também procederemos, de forma determinada, contra o anticiganismo e pela aplicação da Decisão-Quadro 2008/913/JAI do Conselho, de 28 de novembro de 2008, relativa à luta por via do direito penal contra certas formas e manifestações de racismo e xenofobia.

A cultura e os media desempenham um papel fulcral na



divulgação da nossa identidade europeia, da nossa história e dos nossos valores. É nosso objetivo proteger a sua diversidade e liberdade, também através do programa Europa Criativa. A questão de como se poderá garantir uma comunicação social pluralista será por nós refletida no quadro das conclusões do Conselho. Também iremos analisar a forma como poderá ser incrementado, ainda mais eficientemente, o nosso apoio aos setores da cultura e da comunicação social, fortemente atingidos pela pandemia da COVID-19. Pretendemos também executar sistematicamente a abordagem estratégica da UE para as relações culturais internacionais.

Reforço da segurança dos cidadãos e cidadãs

Pretendemos aperfeiçoar a cooperação internacional a nível das entidades policiais no âmbito de uma parceria europeia de polícia. Deverão ser colocadas à disposição dos agentes policiais na União Europeia todas as informações necessárias, provenientes de outros Estados-Membros. Pretendemos também melhorar a cooperação entre polícia, alfândegas e justiça.

Pretendemos incrementar a cooperação judiciária na luta contra a criminalidade transfronteiriça, entre outras, através da obtenção transfronteiriça de elementos de prova eletrónicos. A pandemia da COVID-19 coloca a cooperação internacional em matéria penal perante grandes desafios, sobretudo no domínio das extradições e entregas, os quais deverão ser enfrentados através de mecanismos de coordenação específicos para períodos de crise.

Pretendemos também ampliar os diversos instrumentos da UE de cooperação judiciária em matéria civil. Na UE, uma cooperação resiliente a crises nesta área é essencial não só para os cidadãos e cidadãs, entidades públicas e tribunais, mas também para a economia e, sobretudo, para as PME. Prosseguiremos com o trabalho já iniciado neste sentido.

A luta contra o terrorismo internacional continua a incluir-se entre os maiores desafios na Europa. Numa Europa com fronteiras abertas, temos de assegurar o fluxo fidedigno e rápido de informações. Para uma melhor otimização do mesmo, defendemos uma análise conjunta dos diversos sistemas nacionais de avaliação de ameaças de risco associadas a determinadas pessoas e das listas nacionais de poten-

ciais terroristas. Apoiamos também uma aprovação rápida do Regulamento para Impedimento da Divulgação online de Conteúdos Terroristas.

Para além do terrorismo islâmico, a nossa atenção recai também sobre a luta contra o terrorismo de extrema-direita e o extremismo violento de direita, pretendendo investigar as suas redes de contacto na Internet a nível da UE.

Pretendemos fortalecer a capacidade da Europol para apoiar o trabalho operacional das entidades nacionais de segurança na sua luta contra a criminalidade transfronteiriça e contra as ameaças terroristas e extremistas e consolidar a Europol como agência central da polícia europeia, para que possa tirar pleno partido do seu mandato para a análise e troca de informações.

Com o objetivo de garantir uma maior segurança no ciberespaço, empenhamo-nos numa mais estreita cooperação dos Estados-Membros na segurança da Internet da informação, sobretudo no contexto da proteção de infraestruturas críticas e outras empresas de interesse público. Para tal, empenhar-nos-emos para que exista um parâmetro mínimo uniformizado de segurança em TI para todos os equipamentos que possam ser adquiridos no mercado, entre outras medidas.

Renovação da política europeia de migração e asilo

Na União Europeia, no contexto da migração e da gestão dos refugiados, surgem questões para as quais só em conjunto se poderão encontrar soluções sustentáveis. Para isso, somos conduzidos pelos nossos valores europeus e pelos nossos padrões humanitários e de Estado de direito.

Temos de reformar, arrojadamente, o Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), para criarmos um sistema justo, funcional, eficiente e à prova de crises. Partindo das propostas avançadas pela Comissão Europeia, somos a favor de uma reforma que defina novas regras para as responsabilidades e a solidariedade, faça jus aos padrões humanitários, evite a sobrecarga de alguns Estados-Membros através de uma distribuição equitativa dos que procuram proteção de acordo com uma atribuição justa de responsabilidades e que enfrente com eficácia a questão da migração secundária. Pretendemos minimizar os desincentivos entre os

Estados-Membros e para aqueles que procuram proteção e garantir que o sistema funcione na prática. Deverão ser garantidos os direitos tanto dos que procuram proteção como dos beneficiários de proteção e ser tomadas rápidas decisões sobre quem realmente necessita de proteção num dos Estados-Membros. Pretendemos, entre outros, introduzir procedimentos vinculativos nas fronteiras externas da UE para que, no âmbito de um procedimento preliminar, se possam analisar e categorizar atempadamente os requerimentos de asilo e, nos casos de evidente ausência de necessidade, recusar a entrada na UE. Simultaneamente, pretendemos fortalecer e aumentar as capacidades de reinstalação da União Europeia.

Na União Europeia, no contexto da migração e da gestão dos refugiados, surgem questões para as quais só em conjunto se poderão encontrar soluções sustentáveis.

Por um lado, um sistema europeu de asilo, que seja operacional e adequado a dar resposta a situações de crise, exige também um mecanismo eficaz para um regresso voluntário efetivo, assim como para uma reintegração sustentável daquelas pessoas, às quais não foi reconhecida a requerida proteção na União Europeia. Por outro lado, pretendemos desenvolver padrões comuns para a cooperação em matéria de regresso e promover e executar processos para o repatriamento eficaz e em conformidade com os direitos humanos das pessoas obrigadas a abandonar o território. Neste sentido, pretendemos sobretudo avançar com as negociações para uma reformulação da Diretiva para o Regresso de Nacionais de Países Terceiros em situação irregular. Neste contexto, deverá ser dada prioridade ao regresso voluntário. A pandemia da COVID-19 tem forte incidência sobre refugiados e migrantes enquanto pessoas vulneráveis, o que torna ainda mais urgente a nossa cooperação com os países de origem, de acolhimento e de trânsito. Neste contexto, seguimos uma premissa de abordagem ampla com o objetivo de reduzir as causas da fuga e da migração irregular e de estabilizar as regiões de proveniência, trânsito e acolhimento. Pretendemos, igualmente, incrementar as nossas capacidades de análise da situação migratória na Europa, para a elaboração de sistemas eficientes de alerta precoce. O objetivo da nossa cooperação de parceria é de, através de uma justa partilha internacional de responsabilidades,

assegurar a proteção mundial dos refugiados e possibilitar soluções sustentáveis para refugiados e repatriados. Paralelamente, procuramos uma melhor articulação da política de migração e de refugiados com outras áreas da política (abordagem mais coerente).

Para entravarmos a migração irregular e lutarmos com eficácia contra a introdução clandestina de imigrantes, precisamos de uma defesa efetiva das fronteiras externas. Para isso, é de grande relevância a rápida operacionalização do novo mandato para a Frontex.

O sistema Schengen é um pilar imprescindível da cooperação e integração europeia. Sem o controlo das fronteiras internas, este sistema só pode funcionar se garantirmos a segurança dos nossos cidadãos e cidadãs e a gestão ordenada da imigração. Estamos empenhados em prosseguir com o melhoramento da cooperação entre as autoridades de segurança, de proteção de fronteiras e de migração dos Estados-Membros e em desenvolver medidas complementares inteligentes que ultrapassem o período de superação dos efeitos da pandemia da COVID-19. A Europa necessita de melhores oportunidades para uma imigração legal. Na luta contra a escassez de mão-de-obra qualificada, deveriam ser abertas e melhor utilizadas, também mediante parcerias, vias legais de migração para trabalhadores de países terceiros.

VI. Uma União Europeia com capacidade de ação para uma ordem internacional de parceria e baseada em regras

Durante a sua Presidência do Conselho, a Alemanha apoiará o Alto Representante nas suas atividades em prol de uma ação externa europeia que seja coesa, responsável e vigorosa. A União Europeia é um quadro central e uma imprescindível âncora para as nossas políticas nacionais de relações exteriores, de segurança e de desenvolvimento. Durante a Presidência, também assumimos uma responsabilidade especial por uma ação externa europeia que seja eficaz. Estamos convictos de que só unidos, nós, europeus, poderemos responder, de forma eficaz, aos desafios internacionais, executar de forma cooperativa os nossos interesses e defender os nossos valores.

Também no domínio da ação externa da UE os seguintes temas assumem uma importância central: o controlo da pandemia da COVID-19, a superação das suas consequências e a prevenção de futuras pandemias. Tal só resultará através de uma estreita aliança internacional. Assim sendo, empenhar-nos-emos, no âmbito da “Equipa Europa”, num envolvimento comunitário das instituições da UE e dos Estados-Membros, num fortalecimento das instituições multilaterais, na cooperação produtiva com parceiros e agentes-chave internacionais e na disponibilização global dos recursos necessários. Pretendemos, igualmente, proceder a um exame da eficácia da prevenção externa e da gestão de crises por parte das instituições da UE e dos Estados-Membros, e introduzir medidas para que seja prosseguida a sua consolidação.

Durante a sua Presidência do Conselho, a Alemanha apoiará o Alto Representante nas suas atividades em prol de uma ação externa europeia que seja coesa, responsável e vigorosa.

Temos também uma responsabilidade especial em relação aos países dos Balcãs Ocidentais, aos nossos países vizinhos a Sul e a Leste e a África, nosso continente vizinho. Só atuando nestas regiões de forma eficaz e visível – também no processo de superação da pandemia da COVID-19 e no reforço abrangente de sistemas resilientes de prevenção de crises – e dando provas da sua capacidade de ação e da sua

mais-valia é que será reconhecida à UE a credibilidade da sua atuação no cenário mundial.

As nossas prioridades geoestratégicas

A UE acarreta uma grande responsabilidade na sua contribuição para o estabelecimento de uma ordem global baseada no fortalecimento da cooperação e coordenação internacionais e no maior incremento da sustentabilidade e solidariedade.

Juntamente com o Alto Representante, pretendemos estruturar uma ampla e ativa cooperação entre a UE e os EUA através de um diálogo político alargado e de uma agenda comercial transatlântica positiva. Nos domínios da política externa e de segurança, os EUA são o nosso mais estreito parceiro fora da UE.

Somos conduzidos pelo ensejo ambicioso de alcançar uma abrangente parceria entre a UE e o Reino Unido que faça jus à intensidade e amplitude das nossas relações. Também iremos prestar a nossa contribuição ativa para que as negociações entre a União Europeia e o Reino Unido – baseadas na Declaração Política conjuntamente acordada e no mandato de negociação para a Comissão Europeia – possam ser concluídas com sucesso. Neste contexto, é óbvio que a nossa futura parceria deve ser fundamentada numa equilibrada relação entre deveres e obrigações e assente em condições de concorrência equitativas. Para tal, serão necessários pro-

gressos paralelos nas negociações em todos os domínios. Simultaneamente, a execução integral do Acordo de Saída mantém-se uma tarefa central.

Quanto à política em relação à China, a política de todas as instituições da UE e dos Estados-Membros tem de ser coesa, equilibrada e orientada nos interesses e valores comuns e de longo prazo da UE. Conjuntamente com o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) e a Comissão Europeia, queremos intensificar a cooperação com a China e promover uma maior reciprocidade em todos os domínios da política. Visamos atingir progressos concretos no âmbito das negociações para um acordo bilateral de investimentos e nas áreas da proteção climática, biodiversidade, saúde global, cooperação em África e soluções conjuntas em relação à pandemia da COVID-19. Pretendemos que seja realizado, quanto antes, um encontro de líderes da UE e da China.

Na cimeira UE-UA, pretendemos aprovar uma Agenda Europa-África e aprofundar com África a parceria política de cooperação em iniciativas conjuntas concretas. Como principais áreas de ação conjunta, identificamos a paz e segurança, a boa governação, a cooperação económica para o desenvolvimento sustentável e emprego, as alterações climáticas e a transição energética, a biodiversidade, a saúde e a migração. Também o apoio à Área do Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA) é um importante tema. Desejamos, igualmente, sucesso para a conclusão das negociações do Acordo pós Cotonou para uma cooperação abrangente com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico.

Superar conflitos e promover a paz

Juntamente com o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) e a Comissão Europeia, temos de intensificar o nosso empenho para a superação dos grandes conflitos internacionais: a solução para o conflito na Líbia, a superação das consequências da crise na Síria, a solução da questão nuclear com o Irão, na região do Sahel e no Leste da Ucrânia. A Presidência alemã do Conselho também se empenhará, insistentemente, na manutenção da solução de dois Estados como perspetiva de paz para o conflito no Médio Oriente. No que se refere à Conferência Internacional de Doadores para o Afeganistão, em novembro, a Alemanha sublinha o seu empenho para que a UE continue a apoiar o Afeganistão no seu caminho para a paz, estabilidade e crescimento, as-

sociado à continuação das diligências para reformas e progressos no âmbito do processo de paz.

Outros projetos centrais

Somos a favor de uma perspetiva de adesão à UE dos Estados dos Balcãs Ocidentais que seja credível. Continuar a sua aproximação à União Europeia corresponde tanto ao interesse desses Estados como também aos próprios interesses estratégicos da UE. Face a este cenário, acompanhamos ativamente as negociações correntes para a adesão da Sérvia e do Montenegro e colaboramos na preparação do quadro de negociações para a adesão da Albânia e da Macedónia do Norte, em conformidade com a nova metodologia de adesões.

A Alemanha apoia o Alto Representante no seu empenho numa configuração ativa das relações entre a UE e a Rússia, com base nos cinco princípios da UE e no ponto da situação sobre a sua execução.

No quadro desta equilibrada política europeia relativa aos países de Leste, também se inclui o início de uma eficiente execução dos resultados obtidos na Cimeira da Parceria Oriental e o prosseguimento da aplicação da estratégia para a Ásia Central.

Pretendemos prestar a nossa contribuição para valorizar as relações UE-ASEAN para uma Parceria Estratégica. Pretendemos igualmente, contribuir, ativamente, para o seguimento da estratégia de conectividade entre a UE e a Ásia e prosseguir com o seu desenvolvimento para uma interconexão sustentável, inteligente e transparente nos setores da energia, transportes e digitalização.

A Alemanha empenhar-se-á na continuada ampliação das relações da UE com a América Latina e as Caraíbas para, entre outras, intensificar as relações económicas e a cooperação científica.

Instrumentos para uma União Europeia forte no mundo

A característica nuclear da Europa é a estreita articulação tanto de todas as políticas disponíveis como dos instrumentos civis e militares, desde a prevenção de crises, a estabilização, a resolução de conflitos e a reconstrução até



à promoção de longo prazo da paz e do desenvolvimento sustentável. Pretendemos dedicar uma particular atenção à execução bem-sucedida desta abordagem integrada, envolvendo todos os atores relevantes para, a longo prazo, consolidarmos a capacidade da UE de reagir a crises na sua ação externa. Neste contexto, empenhar-nos-emos no desenvolvimento de orientações políticas para a prevenção de crises, a resolução de conflitos e a promoção da paz.

Por fim, pretendemos empenhar-nos também, com base no chamado “Humanitarian Call for Action”, numa forte contribuição da UE para a proteção do espaço humanitário, do Direito Internacional Humanitário e dos princípios humanitários.

Uma política externa e de segurança europeia mais eficaz só será viável se todos os Estados-Membros assumirem, com maior ênfase, a sua co-responsabilidade por uma Europa forte no mundo.

Uma política externa e de segurança europeia mais eficaz só será viável se todos os Estados-Membros assumirem, com maior ênfase, a sua co-responsabilidade por uma Europa forte no mundo. É com demasiada frequência que um ou outro Estado-Membro bloqueia o amplo consenso existente na grande maioria dos Estados-Membros, o que enfraquece a nossa União. Por isso, apelaremos à disponibilidade para a cooperação, o compromisso e a conciliação de interesses e, durante a nossa Presidência do Conselho, prosseguiremos com as nossas diligências pelo fortalecimento da eficácia e eficiência da PESC em apoio ao Alto Representante. Além

disso, também nos empenharemos no alargamento das capacidades da UE de imposição e aplicação de sanções.

É imprescindível um papel de liderança europeu na consolidação de um sistema comercial internacional aberto e baseado em regras para superar as consequências sanitárias e económicas da pandemia da COVID-19. Para tal, pretendemos avançar e lançar tanto uma agenda de modernização para a Organização Mundial do Comércio (OMC), como acordos bilaterais, regionais e plurilaterais, de abrangência ambiciosa, por exemplo, no setor do comércio digital. A assinatura de acordos de comércio livre e proteção de investimentos é um contributo essencial para a diversificação e salvaguarda das cadeias de fornecimento e para a necessária dinâmica no processo de crescimento económico. Procuraremos que haja rápidos progressos na finalização do acordo com o Mercosul e do acordo atualizado com o México. Pretendemos também apoiar a Comissão Europeia no processo de negociação e futura assinatura de acordos com a Nova Zelândia e a Austrália e no prosseguimento das negociações com o Chile, a Indonésia e a Tunísia. No contexto das relações comerciais com a China, pretendemos contribuir para que sejam fixadas mais condições de igualdade no âmbito da concorrência. Almejamos também a abertura de mercados de contratos públicos com países terceiros. Pretendemos, igualmente, melhorar as regras da proteção internacional a investimentos e incentivar os esforços pela criação de um tribunal multilateral de investimentos. Pretendemos ainda prosseguir com a integração dos objetivos do desenvolvimento sustentável na política comercial, como eficaz instrumento para a sua promoção global. Para sustentar esta Agenda bi-, pluri- e multilateral, iremos, simultaneamente, não só modernizar os nossos instrumentos em matéria de política de comércio externo e prosseguir com o seu estudo, mas também possibilitar que as nossas empresas possam concorrer, em pé de igualdade, com empresas de países terceiros, na concorrência internacional.

Também a área da cooperação para o desenvolvimento requer uma ação conjunta ainda mais acentuada do que no passado. Por este motivo, a Alemanha apoia uma ampla utilização do plano de Programação Conjunta (Joint Programming). Adicionalmente, nesta área da cooperação para o desenvolvimento, a Europa tem de ser mais ágil, mais inovadora e mais flexível do que até aqui. Por conseguinte,

trabalhamos no desenvolvimento de uma arquitetura financeira, europeia e sustentável, para a política de desenvolvimento. Pretendemos, igualmente, no âmbito da política europeia de cooperação para o desenvolvimento e juntamente com os nossos países parceiros, acelerar a aplicação da Agenda 2030.

Cada vez mais, a tecnologia também determina a luta pela influência internacional, tornando-se um fator decisivo no âmbito das relações internacionais. Daí que queiramos impulsionar a criação de uma Rede de Diplomacia Digital (Digital Diplomacy Network) entre os Ministérios do Exterior dos Estados-Membros, sob a liderança do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), com a finalidade de estruturar uma diplomacia digital europeia. Também no âmbito da cooperação europeia para o desenvolvimento, tencionamos tirar maior proveito das oportunidades oferecidas pela digitalização, por exemplo através do fomento de capacidades digitais e de mercados orientados por dados em África.

Juntamente com o Alto Representante, a Alemanha está empenhada no prosseguimento do desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e na integral consolidação da sua resiliência e capacidade de ação nas áreas civil e militar. Pretendemos também contribuir para o alcance de uma coerência de todas as iniciativas de defesa na UE, a criação das necessárias estruturas de reação, a execução total do pacto para o desenvolvimento da PCSD civil e a consolidação das estruturas de comando e de planeamento cívico-militares, em Bruxelas, para operações executivas da PCSD. Em Berlim, a Alemanha instalará um Centro de Competências Europeu para a Gestão Civil de Crises, com a tarefa de desenvolver protocolos e recomendações para operações civis em situações de crise. Pretendemos também atingir, por via de uma abordagem política estratégica, uma capacitação abrangente dos parceiros, no quadro da Facilidade Europeia de Apoio à Paz (FEAP). Juntamente com o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), impulsionaremos o desenvolvimento das chamadas Orientações Estratégicas. Com este documento de base para a política de segurança, no quadro da Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da UE, de 2016, e partindo de uma análise conjunta das ameaças, deverá ser prosseguida a concretização dos objetivos da UE nas áreas de segurança e defesa, tornando a reação da

UE mais rápida, mais efetiva e mais previsível. Tal deverá abranger também a capacidade de reação a pandemias.

Com um aperfeiçoamento dos processos, pretendemos facultar aos Estados-Membros da UE um desenvolvimento das suas capacidades mais coordenado, mais coerente e mais direcionado. Finalmente, também nos empenharemos no fortalecimento das competências digitais e das capacidades de defesa cibernética das Forças Armadas dos Estados-Membros.

É também nosso objetivo impulsionar a cooperação UE-NATO através do diálogo, da transparência e de uma maior coordenação. Tendo em conta a pandemia da COVID-19, esta cooperação deverá abranger também as prestações de auxílio militar a estruturas civis, contribuições para aumentar resiliências e para a proteção civil e o controlo de catástrofes. Considerando os novos atores e novas tecnologias, a manutenção e o desenvolvimento contínuo da existente estrutura do controlo de armamento é de relevante interesse para a política de segurança europeia. Neste processo, apoiamos um diálogo intereuropeu de longo prazo com o objetivo de conferir uma voz à Europa.



O Programa da Presidência alemã do Conselho da UE é publicado por:

Auswärtiges Amt
Werderscher Markt 1
10117 Berlin

Endereço postal: 11013 Berlim

Telefone: 030 18-17-0

Serviço ao Cidadão: 030 18-17-2000

Fax: 030 18-17-3402

Página Web: www.auswaertiges-amt.de

E-mail: poststelle@auswaertiges-amt.de

De-mail: poststelle@auswaertiges-amt.de-mail.de

Créditos fotográficos:

Página 5: © Auswärtiges Amt | p. 12: © Vesa Moilanen/Lehtikuva/dpa | p. 14: © Olafur Eliasson, Earth Speakr, 2020

p. 23: © picture alliance/ZUMA Press, Nicolas Landemard

